

A comunidade boliviana em São Paulo: definindo padrões de territorialidade

Renato Cymbalista
Iara Rolnik Xavier

Resumo

O texto investiga a inserção territorial da maior comunidade de imigrantes recentes na cidade de São Paulo, os bolivianos, a maior parte dos quais trabalha nas oficinas de costura que fazem as roupas do dinâmico setor têxtil da cidade. Reconhece que os territórios dos bolivianos não correspondem a nenhuma das categorias internacionalmente reconhecidas como as mais recorrentes territorialidades associadas às minorias étnicas: o gueto, o enclave étnico, a *banlieue*. O trabalho verifica a hipertrofia do espaço de trabalho de grande parte da comunidade, a oficina de costura, que é também espaço de moradia, e como contraponto, ocorre um enfraquecimento da presença da comunidade no espaço público.

Palavras-chave: inserção territorial urbana; bolivianos em São Paulo; políticas públicas; enclave étnico; gueto; *banlieue*; migração internacional.

Abstract

This text focuses on the territorial dimension of the biggest community of recent immigrants in the city of São Paulo, the Bolivians, most of them working in the sweatshops that sew the clothes of the city's dynamic textile sector. It recognizes that the territories of the Bolivians do not correspond to any of the most common spaces used by the literature to explain the insertion of minorities in the cities: the ghetto, the ethnic enclave, the banlieue. The text identifies a hypertrophy of the working space of a big share of this community, the sweatshop, which is also a dwelling space. As a counterpoint, a weakening of the presence of this community in the city's open spaces occurs.

Keywords: *urban territorial insertion; Bolivians in São Paulo; public policies; ethnic enclave; ghetto; banlieue; international migration.*

Introdução: padrões de territorialidade das minorias étnicas nas metrópoles

O padrão de inserção territorial de grupos migrantes ou minorias étnicas nas cidades é tema bastante tratado na literatura internacional. Desses estudos decorrem as categorias que procuram explicar a territorialidade dessas minorias: *gueto*, *banlieue*, enclave étnico, entre outras.

Não se trata de simples exercício acadêmico. A definição desses padrões de territorialidade serve para um melhor conhecimento das especificidades dos processos de exclusão e segregação em cada cidade, e também dos processos de agregação e identidade dos grupos envolvidos, podendo amparar práticas e políticas que operem a favor da integração e da inclusão. Denominações e categorias equivocadas nesse sentido podem levar a imagens estereotipadas e a políticas públicas inadequadas, aumentando assim o abismo entre o desafio representado pela presença desses grupos e a capacidade social de responder a eles de forma positiva (Wacquant, 2001, pp. 131-135).

A seguir, discorreremos sobre as características principais de cada uma dessas categorias para sustentar a hipótese: no caso do mais numeroso grupo de imigrantes recentes vivendo na maior cidade brasileira – os bolivianos em São Paulo – as categorias mais recorrentes não oferecem grandes potenciais de explicação.

Possivelmente, a mais estudada modalidade de território étnico metropolitano são os guetos norte-americanos, ocupados por negros e, em menor escala, por hispânicos. Suas características principais são a quase exclusividade de moradores negros, a localização nas áreas centrais das grandes cidades, a grande abrangência territorial e populacional. Os guetos negros de Nova Iorque (Harlem, Brownsville, Bronx) e de Los Angeles (South Central, Compton) contam-se às centenas de milhares (ibid., p. 140). A proporção de desempregados é sempre bem mais alta do que a média na sociedade, o local é estigmatizado pelo restante da cidade, aliás, reproduzido pelos moradores do próprio gueto. A imagem recorrente do gueto norte-americano evoca a subutilização: edifícios desocupados ou queimados, espaços públicos abandonados e grupos de desempregados gastando seu tempo ocioso nas ruas, muitas vezes em atividades ilegais. Wacquant (1996, p. 147) define o gueto norte-americano como “separação residencial total, permanente e involuntária, fundada na casta como base para o desenvolvimento de uma estrutura social paralela (e inferior)”. Embora seja um fenômeno tipicamente americano, organizações territoriais similares são identificáveis em outras realidades. Crush (2005, p. 117) refere-se à “guetificação” de bairros centrais como Hillbrow em Johannesburg, crescentemente ocupados por imigrantes de outros países da África.

Outro modelo territorial de organização étnica metropolitana pode ser encontrado nos subúrbios ou *banlieues* das grandes

idades francesas, territórios também marcados pela estigmatização, pelo desemprego e pela violência, com uma série de similares nas cidades européias. O tamanho da população desses subúrbios é bem menor do que os guetos, raramente acima de 30.000 habitantes. As *banlieues* são basicamente formadas por conjuntos habitacionais construídos pelo poder público e sua localização é periférica. Contrapondo-se à homogeneidade negra dos guetos americanos, as *banlieues* francesas são compostas de uma grande diversidade étnica, provocada pelo próprio Estado no processo de cadastramento e escolha dos moradores das unidades (Wacquant, 2001, p. 141). Mesmo nos subúrbios com maiores concentrações de imigrantes, raramente os estrangeiros compõem a maior parte da população (ibid.).

Um terceiro padrão de territorialização de minorias nas cidades é o chamado enclave étnico, concentração de grupos específicos baseada em escolhas voluntárias, como o desejo de constituição de relações de vizinhança, manutenção de elementos de cultura ou religião, proximidade de equipamentos de comércio e serviço específicos, direito à manutenção da língua nativa. Conforme afirma Qadeer (2004), embora expressem um significativo grau de segregação, tais enclaves não são necessariamente elementos negativos nas cidades – ao contrário, podem significar elementos de bem-estar para os grupos e de atratividade para as cidades. Tomando como exemplo a cidade de Toronto e seus vários enclaves étnicos, que raramente ultrapassam os 5.000 moradores, o autor lembra que as

comunidades mais segregadas da cidade – judeus e escandinavos – não representam grupos de migrantes recentes nem pobres. Mais do que revelar preconceitos ou vulnerabilidade, “a segregação residencial na região de Toronto denota a preferência de se morar próximo a pessoas de origem semelhante” (2004, p. 39). Esse tipo de enclave étnico menos ou nada carregado do estigma dos guetos e das *banlieues* é identificável em várias cidades do mundo: as *chinatowns* e *little italies* nas cidades americanas; em Bangkok os bairros de Little India, Little Japan e Chinatown (Chantavanich e Vungsiriphisal, 2005, pp. 32-35) e assim por diante. Marcuse (2004, p. 25) alerta para a existência do que denomina enclave excludente,

[...] área de concentração espacial na qual os membros de um determinado grupo populacional, autodefinido por etnicidade, religião ou de outra forma, congregam-se de modo a proteger a intensificar o seu desenvolvimento econômico, social, político e/ou cultural.

Uma versão particularmente perversa de enclave excludente com forte componente étnico são os *suburbs* brancos das grandes cidades sul-africanas do *apartheid*, protegidos pela própria legislação racista (Christopher, 1990, pp. 421-440 e Mabin, 1992, pp. 13-25).

Um quarto padrão de territorialização de minorias étnicas nas metrópoles refere-se a grandes contingentes desalojados por perseguições políticas ou religiosas ou por guerras civis, como os *katchi abadis*, loteamentos

ilegais de Karachi (Gazdar, 2005, pp. 151-185) ou os famosos campos de refugiados palestinos em Beirute (Sayigh, 2001, pp. 94-105.)

De posse das categorias acima, a idéia é checar até que ponto elas são capazes de descrever a inserção territorial da maior comunidade de imigrantes recentes vivendo dentro da maior metrópole brasileira: os bolivianos em São Paulo. Não será difícil constatar que nenhuma das categorias acima aplica-se a essa situação. Em nenhum ponto da cidade os bolivianos concentram-se a ponto de constituir um gueto, nem mesmo um enclave étnico de menores proporções. Ainda que inexista um recenseamento, sabe-se que os bolivianos vivem em bairros centrais ou intermediários, e não em periferias, e menos ainda em conjuntos habitacionais promovidos pelo poder público. Conforme colocado adiante, a desocupação ou o desemprego entre os bolivianos é extremamente baixa, contrastando com as descrições usuais referentes aos guetos ou às *banlieues*. Tampouco se trata de comunidade de refugiados ou *desplazados* por motivos políticos ou religiosos, os motivos da imigração boliviana para São Paulo são eminentemente econômicos.

A inscrição territorial dos bolivianos em São Paulo parece desafiar também o padrão de distribuição territorial dos imigrantes na história da própria cidade. Territórios étnicos como o Bom Retiro, dos judeus e, posteriormente, dos coreanos, a Liberdade dos japoneses assemelham-se razoavelmente aos enclaves étnicos canadenses, guardadas as grandes diferenças entre as duas sociedades: foram ocupados por grupos específicos que passaram por grande ascensão social e que

marcaram permanentemente seus espaços com a forte presença no espaço público, além de equipamentos de comércio e serviços. Tais elementos são fracamente presentes no que diz respeito à comunidade boliviana.

Tendo em vista essa quase ausência de categorias consolidadas que descrevam a situação dos bolivianos em São Paulo, este texto procura definir essa inserção territorial a partir de dados empíricos e da escassa (mas importante) bibliografia existente sobre o grupo.¹

Tal definição é relevante, pois ao que parece, a dimensão da comunidade boliviana em São Paulo vem crescendo, encontrando-se atualmente em um limiar: de um passado de quase invisibilidade, pode em pouco tempo tornar-se um “problema” para a cidade. Conhece melhor o padrão de inserção territorial dessa comunidade a partir de suas próprias especificidades – e não a partir das preconcebidas categorias internacionais ou procurando em vão a repetição do padrão histórico de imigração branca ou japonesa a São Paulo, que não se reproduz nos bolivianos recém-chegados – é um primeiro passo para a construção de uma interface adequada entre São Paulo e os bolivianos, interface essa ainda inexistente.

A baixa visibilidade da comunidade boliviana em São Paulo coloca desafios metodológicos para a construção de conhecimento científico: trata-se de um grupo praticamente ausente das estatísticas públicas, politicamente pouco organizado e pouco interessado em ser estudado. Do ponto de vista metodológico, aliamos aqui a pesquisa bibliográfica, a pesquisa na mídia e dados

primários, coletados em cerca de 50 entrevistas com imigrantes recentes realizadas em locais de maior presença de bolivianos: a feira da Kantuta e o bairro do Bom Retiro. Trata-se de um número reduzido de entrevistas, e nada indica que elas sejam representativas da comunidade como um todo. Ainda assim, ante a dificuldade de acesso à informação, tais entrevistas tornam-se instrumentos estratégicos que iluminam várias das questões referentes à comunidade: a localização dos bolivianos na cidade e os movimentos recentes nessa distribuição, as relações de trabalho (que nesse caso têm profundas implicações territoriais), as utilizações do espaço público, a forma como vêm a si mesmos.

A comunidade boliviana em São Paulo

O início da imigração boliviana para São Paulo remonta à década de 1950, quando, em função de um programa de intercâmbio cultural entre Brasil e Bolívia, alguns estudantes vieram ao país em busca de qualificação acadêmica não disponível na Bolívia, muitos dos quais permaneceram na cidade (Silva, 2006, p. 159).

A partir da década de 1970, passa a mudar o perfil do imigrante boliviano na cidade. Nesse período começaram a chegar pessoas de baixa qualificação para trabalhar nas oficinas de costura da cidade a pequenos salários. A partir de meados da década de 1990, o fluxo de imigrantes bolivianos a São Paulo assume uma nova escala, sobretudo em função da vigência do novo plano econômico

brasileiro (em 1994) que interferiu na também comum rota de imigrantes bolivianos em direção à Argentina. Os números de bolivianos registrados na Polícia Federal² dão uma idéia do grande crescimento da comunidade boliviana em São Paulo: em 1995, 255 bolivianos constavam das estatísticas da PF, número que atinge 17.897 pessoas em 1999. Trata-se, no entanto, de um contingente subdimensionado, pois a quantidade de imigrantes indocumentados que saem da Bolívia em direção a São Paulo é muito grande.

As estimativas sobre o real tamanho da comunidade boliviana em São Paulo apresentam uma enorme variação: o Consulado da Bolívia calcula 50 mil indocumentados, a Pastoral dos imigrantes acredita habitarem 70 mil bolivianos indocumentados em São Paulo, sendo 35 mil só no bairro do Brás; o Ministério do Trabalho e Emprego tem uma estimativa que varia entre 10 e 30 mil indocumentados;³ o Ministério Público fala em 200 mil bolivianos ao todo (regulares e irregulares) o Sindicato das Costureiras fala em 80 mil trabalhadores irregulares (o que inclui famílias brasileiras e bolivianas).⁴ Consenso entre essas estimativas é o fato de São Paulo abrigar o maior número de imigrantes bolivianos no Brasil.

Condições de trabalho

Os imigrantes que chegam da Bolívia (em sua maioria jovens) têm, em geral, um perfil de baixa qualificação profissional, de escolaridade média e variação de gênero equilibrada entre o sexo masculino e feminino.⁵ Trata-se de uma imigração voltada para o trabalho (imigração

laboral) e para um ramo bastante específico da costura, no universo da indústria do vestuário. Na amostra de 50 questionários feitos para esta pesquisa, 86% dos entrevistados respondeu que trabalha com confecção de roupas⁶ sendo que a grande maioria já vem da Bolívia contratada para trabalhar em uma oficina de costura, indicando a predominância dessa atividade na comunidade.

Na Bolívia, jornais publicam anúncios de emprego no Brasil no ramo da costura, incluindo moradia e alimentação (sem custos) e boas condições de trabalho. É bastante presente a imagem de que tais promessas seriam falsas e os imigrantes, enganados. No entanto, dos entrevistados com os quais tivemos contato, apenas quatro afirmaram acreditar que ganhariam mais do que recebem hoje trabalhando nas oficinas no Brasil, a maioria recebe o que já esperava receber. Tal dado pode indicar que a idéia do imigrante enganado seja um dos elementos de vitimização do grupo. Com efeito, é difícil acreditar que a informação sobre as reais condições de trabalho e moradia em São Paulo não circulem de alguma forma entre os candidatos a emigração da Bolívia. Normalmente, os imigrantes já chegam a São Paulo com pelo menos uma pessoa conhecida instalada no Brasil, e o trabalho com parentes é muito comum.

O grande mercado do vestuário em São Paulo, que absorve tamanha quantidade de mão-de-obra ancora-se em práticas ilegais para manter-se competitivo.⁷ Os baixos custos de produção são de extrema importância para o setor, e a contratação de trabalho ilegal é uma das formas de manter baixos os custos de produção.

Apesar de muitos brasileiros aceitarem as condições de trabalho e remuneração oferecidas pelas oficinas de costura, os bolivianos estão em posição de vantagem, pois são os mais adequados para cumprir a função de mão-de-obra irregular: possuem as qualificações (baixas) e a disciplina (alta) para o trabalho e não representam ameaça de processos trabalhistas, pois muitos não possuem permissão de trabalho ou sequer conhecimentos básicos sobre direitos trabalhistas. Tampouco devemos ignorar o efeito das redes de conhecimentos e parentesco para explicar o surgimento desse nicho boliviano de trabalho em São Paulo (Silva, 1997).

É bastante interessante investigarmos também os empregadores das oficinas de costura. Até meados dos anos 1990, os imigrantes coreanos eram os principais empregadores de trabalhadores bolivianos, mas a partir de então estes vêm se concentrando nas atividades mais lucrativas da cadeia, e vendendo as oficinas para seus funcionários bolivianos. Ao invés de pagar pela oficina em dinheiro, o novo dono de oficina deve manter uma quantidade de itens para o dono da oficina, o que significa meses ou anos de trabalho sem remuneração. Além disso, muitos dos entrevistados trabalham em pequenas oficinas familiares, que não distinguem empregador e empregado da forma clássica.

As condições são sempre precárias: mais de oito horas de trabalho por dia de segunda a sábado e poucas horas de descanso. As oficinas normalmente operam cheias, com pouca luz, pouca ventilação, em casas que também servem de moradia para as famílias trabalhadoras. Muitos são pagos

por peça produzida, sem que haja qualquer contrato estabelecido, e o preço das peças costuma ser extremamente baixo (0,15 a 0,30 centavos). Muitos imigrantes sonham em ser donos das oficinas e para isso acabam em dívidas e com muito trabalho sem remuneração. O rendimento dos trabalhadores entrevistados costuma oscilar entre 200,00 e 600,00 reais, com variações nos momentos de picos de produção (agosto a novembro). Entre os nossos entrevistados, no entanto, 24% (12 entrevistados) afirmou receber acima de 600,00 reais por mês.

A taxa de desemprego dos bolivianos que trabalham em São Paulo é extremamente baixa. Essa conclusão, 64% dos entrevistados afirmaram nunca terem ficado desempregados. Do restante, a maioria revela ter ficado em geral dois meses sem trabalho com exceção de um único entrevistado, que afirmou ter permanecido três anos sem ocupação. Alguns dos entrevistados disseram já ter ficado apenas um dia sem trabalho. As explicações para períodos sem trabalho giram em torno dos ciclos das coleções (janeiro, fevereiro e março, por exemplo, são meses de preparação de novas coleções, quando as lojas estão desenhando os novos modelos, não há muita demanda pela confecção das roupas). 52% dos entrevistados não conhece ninguém que tenha ficado desempregado. As respostas foram muitas vezes acompanhadas de frases como “aqui ninguém fica desempregado” ou “tem sempre trabalho para os bolivianos no ramo da costura”. Poderia ser acrescentado: “não falta trabalho para aqueles que aceitam trabalhar em tais condições”.

Essas relações de trabalho não-regulamentadas, que sujeitam o trabalhador a condições extremamente precárias são comumente tratadas como análogas à escravidão. A mídia tem dado um tratamento para esse tipo de prática que a associa a longas jornadas de trabalho, como é o caso do jornal *O Estado de S. Paulo* em 17 de dezembro de 2006:

As jornadas de trabalho duram até 18 horas nas oficinas de costura (...). As máquinas operam das 6h da manhã às 10h da noite. Muitas vão até a meia-noite, por insistência dos bolivianos – que trabalham até não parar mais em pé, pois ganham pelo que produzem.

Em 2005, em função de freqüentes denúncias em vários meios de comunicação a respeito da exploração de trabalho análogo ao de escravo, abriu-se uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar esse fato e, depois de entrevistas e apurações, foi apresentado um relatório que denuncia a situação de trabalhadores bolivianos nas oficinas de costura em São Paulo análogas à escravidão.⁸ Por parte da comunidade, o rótulo de trabalho escravo é foco de sentimentos ambíguos. Lideranças de maior visibilidade frequentemente afirmam que a imagem clássica do trabalhador boliviano escravizado em oficina de costura denigre a imagem da comunidade e reforça a discriminação que sofrem pela sociedade. Por outro lado, muitos dos entrevistados concordam que existe esse tipo de prática de exploração entre a comunidade boliviana empregada no ramo da costura – apenas seis dos cinquenta entrevistados não

concordam que ocorra esse tipo de prática. Mas somente um dentre os entrevistados afirmam já ter vivido tal situação.

A presença no território da cidade

A oficina de costura é muito mais do que simples ambiente de trabalho. Geralmente, os trabalhadores alimentam-se também nas oficinas – uma alimentação bastante precária oferecida pelo próprio dono da oficina – e raramente saem do local de trabalho. Muitas vezes, quem faz compras é o dono da oficina, e os empregados raramente utilizam-se do comércio e serviços da cidade. Muitos dormem junto às máquinas. Os donos das oficinas muito frequentemente moram nelas.⁹ Dos entrevistados para essa pesquisa, 80% declararam morar e trabalhar no mesmo lugar. Esse enclausuramento para dentro da casa-oficina define parte significativa da inserção desse grupo no território da cidade, e é importante para se pensar a pouca visibilidade do grupo nos espaços públicos, sistemas de transporte e outros locais abertos da cidade que investigamos nesta seção.

Do ponto de vista da localização, é clara a concentração do grupo nos bairros onde se localiza a maior parte do comércio e produção do mercado do vestuário em São Paulo: os bairros do Brás, Bom Retiro, Belém e Barra Funda. Cerca de 40% dos entrevistados disseram morar nesses bairros. Identificamos também uma significativa recorrência de oficinas em outros bairros, quase sempre nas zonas Norte e Leste da cidade: Casa Verde, Limão, Vila Maria, São Miguel Paulista, en-

tre outros, e até o município de Guarulhos. É possível que estejamos ante um fenômeno de desconcentração dessas oficinas, que poderia estar acontecendo por razões de segurança (medo de ser descoberto pela polícia) ou em busca de aluguéis mais baratos.

Quando perguntados a respeito do espaço de concentração de bolivianos no bairro do Bom Retiro, os “nativos” brasileiros costumam apontar para um “lá” bastante abstrato. Quando nos aproximamos do “lá”, a concentração continua não aparecendo: está sempre num outro lugar.

Conforme visto acima, a presença pública dos bolivianos na cidade é bastante constrangida e fugaz. Por outro lado, não deve ser confundida com uma total ausência. Trilhar os percursos dos bolivianos na cidade é uma tarefa que exige certo esforço de olhar e que às vezes só é perceptível com uma visão etnográfica. Nesse mapeamento, encontramos alguns circuitos recorrentes e outros em construção ou em disputa na cidade.

Os donos de oficinas são aqueles que mais circulam por São Paulo, em geral entre os bairros acima citados e as oficinas de costura, que nem sempre ficam nesses mesmos lugares. Em seus poucos momentos de lazer, os bolivianos – mesmo os indocumentados – constroem suas próprias redes e socializam, e se quisermos definir um padrão de territorialidade para essa comunidade na cidade, os focos dessa sociabilidade são complemento fundamental e indispensável da grande internalidade e “privacidade coletiva” das oficinas de costura.

Certamente, o ponto mais estratégico de sociabilidade dos bolivianos é a feira Kantuta,

mantida por uma associação de bolivianos com o apoio da prefeitura. A feira acontece todos os domingos numa praça bairro do Canindé. A Kantuta chega a receber 5.000 pessoas por domingo, é um dos mais importantes locais de encontro e preservação da cultura boliviana na cidade e é bastante reconhecido pela comunidade. Mesmo quando os questionários foram feitos fora da Kantuta, todos os entrevistados disseram ter ido pelo menos uma vez ao local, especialmente no período de chegada e adaptação à cidade.

A feira tem barracas de comidas típicas, como a saltenha, sopa de quinua, o “falso conejo”. São encontrados também produtos do altiplano boliviano e Cds típicos (em geral piratas), e a feira também oferece serviços como fotógrafo ou cabelereiro. Na Kantuta é possível utilizar telefones “clonados” para ligar para qualquer parte do mundo a preços bem mais baixos que os de mercado. Na feira, também encontram-se os amigos, assiste-se ou joga-se futebol, e procura-se trabalho. Uma grande atração da feira é o Carnaval, momento em que são feitas apresentações dos grupos de dança tradicional da Bolívia, e uma parte dos entrevistados diz só frequentar a feira em datas comemorativas.

Outro local de sociabilidade do grupo é a Rua Coimbra, no bairro do Brás, que aparece como um importante local de encontro da comunidade aos sábados.

A Igreja da Paz (Glicério) é um importante espaço coletivo dos bolivianos, especialmente os recém-chegados. É gerida pelos missionários scalabrianos, que mantêm no mesmo local a Pastoral dos Imigrantes, entidade que faz assistência jurídica, psicológi-

ca aos imigrantes, e a Casa do Migrante, um albergue que recebe aqueles que ainda não têm onde se instalar na cidade.¹⁰ Várias das festas tradicionais da comunidade são celebradas nesse local.

Os jogos de futebol também são eventos bastante agregadores e definem a inserção da comunidade no espaço da cidade. Segundo a prefeitura, existem mais de 800 times bolivianos de futebol organizados em cerca de 30 ligas, que realizam jogos semanais em diversas quadras municipais e Centros Desportivos Municipais (CDMs) espalhados pelos bairros da Móoca, Penha, Brás, São Mateus, entre outros.

Para além dos locais de encontro da comunidade, os entrevistados afirmaram também frequentar outros espaços públicos. Foram citados a Praça da República, o Paissandu, o Parque do Ibirapuera, o Parque Dom Pedro, a Praça da Sé, o Jardim Zoológico e os bairros da Casa Verde, Cahoeirinha e Imirim. Alguns entrevistados também dizem frequentar *shoppings centers*, mas não explicitam nenhum em específico.

A continuidade do trabalho deverá identificar ainda outros espaços de sociabilidade dos bolivianos na cidade, mas a tendência é que estes não sejam espaços permanentes, mas locais para encontros eventuais ou periódicos. Mesmo a praça Kantuta, centro indiscutível da presença boliviana na cidade, não registra presença expressiva de bolivianos em outros dias da semana, e nenhum dos entrevistados afirmou já ter ido à Kantuta em outros dias da semana. A internalização da comunidade em seus dias de trabalho provoca a atrofia de equipamentos públicos, do comércio

e dos serviços, obstruindo o surgimento de enclaves marcadamente bolivianos.

Relação com o poder público

A condição acima descrita, de baixa visibilidade da comunidade boliviana em São Paulo, produz conseqüências na maneira como o poder público se relaciona com essa comunidade: ante as inúmeras carências e demandas do município, certamente, um grupo pouco visível não representa prioridade para o poder público. Ademais, é muito relevante o fato de os imigrantes não naturalizados não poderem votar: para a classe política, a comunidade boliviana não é sequer interessante para o desenvolvimento de relações clientelistas com vistas à constituição de bases eleitorais.

No nível nacional, o marco regulatório ainda é o chamado “Estatuto do Estrangeiro” aprovado em 1980 (Lei n. 6815/80), momento em que o país ainda estava sob um regime de ditadura. Essa lei ainda trata a questão da imigração como um assunto de segurança nacional e não está de acordo com os princípios de proteção aos direitos humanos presentes na Constituição Brasileira.

Há alguns anos o Estatuto da Estrangeiro vem sendo rediscutido, e as entidades de apoio aos imigrantes argumentam que seu caráter baseado em normas de segurança nacional contraria a própria Constituição, que trata os imigrantes como sujeitos de direitos. No entanto, o encaminhamento da lei não está ocorrendo nesse sentido. Embora em setembro do ano passado tenha sido

lançado um novo anteprojeto dessa lei, este mantém o mesmo “caráter incriminador e seletivo presente no Estatuto do estrangeiro vigente no país” (Silva, 2006, p. 163). Neste sentido, o Brasil situa-se na contra-mão de outros países, que construíram marcos bem mais modernos para regular a imigração, com base nos direitos humanos.¹¹

Em paralelo às discussões sobre a nova lei dos imigrantes, o governo federal vem promovendo periódicas anistias de estrangeiros vivendo em situação irregular no país. No entanto, a procura por essas anistias não é muito grande. A falta de informação é uma das explicações (mas não suficiente) para o baixo número de beneficiados nas últimas três anistias concedidas pelo governo brasileiro aos imigrantes bolivianos. Na primeira delas, em 1981, foram beneficiados 27 mil imigrantes, na segunda, em 1988, foram 30 mil beneficiados e em 1998, 37 mil. Os outros fatores responsáveis pelo baixo número de imigrantes regularizados nas anistias sucessivas parecem ser também o pouco tempo em que o cadastramento esteve aberto, o medo de contato com a polícia e os custos elevados da documentação (em torno de 800 reais).

Tendo em vista o que vimos acima, a regularização talvez não seja uma demanda prioritária para muitos dos imigrantes, que se ancoram na condição irregular/ilegal para manter-se empregada. Isso não é válido para aqueles que desejam abrir a sua própria oficina, já que, nesse caso, muitos documentos são necessários. Por outro lado, ainda falta muita informação em relação aos procedimentos e às vantagens que a documentação legal proporcionaria.

Em relação às políticas públicas no nível municipal, as questões colocadas são bastante distintas. Por um lado, o tom geral reforça a invisibilidade do grupo. Como os bolivianos muitas vezes não conhecem ou não podem expressar sua demanda por serviços ou por equipamentos públicos, e a prefeitura não constrói de forma ativa uma estratégia de aproximação, não se constitui uma demanda que pressione por respostas do poder público. Por outro lado, algumas práticas no nível do atendimento básico são identificáveis, partindo de alguns funcionários sensíveis ao problema e alocados em regiões de maior recorrência de imigrantes. Os serviços de saúde e educação, por exemplo, são abertos a quaisquer pessoas (cidadãos e estrangeiros).

A recente descentralização da administração municipal em São Paulo proporcionou, em alguns casos, a aproximação de alguns coordenadores, subprefeitos e funcionários da prefeitura às demandas e problemas relacionados aos imigrantes em locais específicos. Existem alguns casos de projetos pontuais dirigidos aos imigrantes, como é o caso de uma cartilha sobre a saúde da mulher, impulsionada pela Coordenadoria de Saúde da Móoca, feita em espanhol (em 2003-4) dirigida às mulheres bolivianas que vinham apresentando alguns problemas no processo de gravidez, uma vez que muitas se negam a fazer cesarianas por motivos culturais. Nesse sentido, o que se pode mapear no âmbito municipal são *práticas* de inclusão dos imigrantes na cidade, mas que pouco a pouco podem vir a tomar contornos de políticas.

Impulsionada por um financiamento internacional da Comunidade Européia por

meio do projeto “Integração dos imigrantes na cidade como forma de combate à pobreza” da Rede Urb-al 10, recentemente, a Secretaria de Participação e Parceria está realizando um projeto, intitulado I-migrantes, que abarca algumas atividades dirigidas ao dia-a-dia dos imigrantes na cidade. As atividades do projeto, centradas num site na internet (www.projetoindustria.com.br/i-migrantes), procuram fornecer subsídios para melhorar a relação cotidiana do imigrante na cidade – por meio de oficinas, aulas de português, uso da internet (gratuito nos telecentros), entre outras atividades. O projeto também pretende realizar uma pesquisa sobre os imigrantes na cidade, formar funcionários públicos municipais para desenvolver trabalhos com os imigrantes, construir um guia de boas práticas, entre outras atividades. Está planejada uma “Olimpíada dos Imigrantes” para o segundo semestre de 2007. Essas são de certa forma ações pioneiras e, apesar de terem sido impulsionadas por um financiamento de que veio de fora, podem alavancar a construção de um olhar mais ativo, por parte do poder público para a ação junto a essa questão.

Numa cidade com uma população de 10 milhões de pessoas com imensas demandas sociais, os estimados 100 mil invisíveis imigrantes bolivianos trabalhando em condições precárias e não habilitados a votar, não são percebidos pelo poder local como uma grande questão a ser enfrentada. No entanto, à medida que esse assunto vai ganhando maior visibilidade na mídia, na academia, nas instâncias municipais e – principalmente – no panorama internacional, o assunto pode estar ganhando novos contornos.

Considerações Finais

A inscrição territorial da comunidade boliviana em São Paulo não se encaixa nas categorias mais recorrentes moldadas pela literatura internacional, principalmente pela sua desproporcional internalidade: durante a maior parte do tempo, a sociabilidade ocorre nos espaços de “privacidade coletiva” das oficinas de costura, onde se trabalham longas e exaustivas horas, onde se come, onde se dorme. Tratamos conceitos como “privacidade”, “intimidade” como contrapontos “naturais” ao espaço público, mas como tratar o espaço público para uma comunidade onde privacidade e intimidade se dão de forma tão amalgamada com os territórios de controle e convivência como os locais de trabalho?

A iniciativa de conhecer a comunidade boliviana em São Paulo apenas se inicia, e este artigo pretende, mais do que qualquer outra coisa, apontar horizontes de investigação.

Conhecer um grupo urbano como os bolivianos na cidade de São Paulo é um grande desafio: a escassa presença no espaço público, a baixa demanda por direitos, a baixa prioridade de atendimento por parte do poder público contribuem para aumentar a invisibilidade do grupo. A hipertrofia do local de trabalho e a não constituição de guetos ou enclaves requer um instrumental bastante sofisticado de análise, e, certamente, os acadêmicos e o poder pú-

blico estão mais preparados para lidar com grupos concentrados do que com grupos dispersos na cidade.

Conhecer melhor esse grupo passa por um esforço quase etnográfico, mesmo se o esforço tem objetivos nada antropológicos, como a melhoria da relação do Estado com a população. Tal esforço pode iluminar aspectos pouco conhecidos de nossa sociedade, que vão além do grupo em questão: um melhor conhecimento sobre as relações de trabalho análogas às da escravidão, que de forma alguma são exclusividade dos bolivianos; um maior conhecimento das implicações sociais, trabalhistas e urbanísticas relacionadas ao *cluster* das confecções do pólo Brás-Bom Retiro, um dos pontos mais dinâmicos da economia local; um conhecimento contemporâneo sobre as condições de vida em situações de insalubridade habitacional e superadensamento que tampouco são exclusividade dos bolivianos. Tampouco é exclusividade desse grupo uma situação de vulnerabilidade tamanha que sequer expressa demandas por direitos ou serviços públicos.

Uma atitude ativa da sociedade e do poder público em relação às especificidades desse grupo é pressuposto para o encaminhamento deste e de muitos outros desafios, que podem levar a uma nova compreensão da forma como se usam e como se constroem os territórios da maior metrópole brasileira.

Renato Cymbalista

Arquiteto e urbanista, mestre e doutor pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (São Paulo, Brasil). Coordenador do núcleo de urbanismo do Instituto Pólis. Integrante do grupo de pesquisa MIUrb-AL - Observatório experimental sobre as migrações internacionais nas áreas urbanas da América Latina.

renato@polis.org.br

Iara Rolnik Xavier

Socióloga formada pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo (São Paulo, Brasil). Pesquisadora do Instituto Pólis e integrante do grupo de pesquisa MIUrb-AL - Observatório experimental sobre as migrações internacionais nas áreas urbanas da América Latina.

iara@polis.org.br

Notas

- (1) Aqui cabe salientar, sobretudo, as referências de Silva (1997, 2003, 2006).
- (2) Dados do Serviço de Estatísticas de Estrangeiros da Polícia Federal.
- (3) Dado disponível em: <http://www.mte.gov.br/> (acessado em 27/2/07).
- (4) Dados encontrados no *Relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar a exploração de trabalho análogo ao de escravo* da Câmara Municipal de São Paulo, publicado em fevereiro de 2006. Disponível em <http://www.camara.sp.gov.br/> (acessado em 28 de fevereiro de 2007).
- (5) Segundo o Centro de Estudos Migratórios, 44% dos bolivianos na cidade de São Paulo são mulheres e 56% homens. Há 15 anos, os homens representavam 74% do total, indicando provavelmente a constituição de famílias.
- (6) A associação entre trabalhadores indocumentados e a indústria do vestuário pode ser vista em outras cidades. Em Nova York, “Os empresários coreanos vêm comprando as antigas fábricas de judeus e ítalo-descendentes no Distrito das Roupas e, seguindo a trilha das empresas chinesas, têm atuado como empresas produtoras subcontratadas de roupa esportiva de valor reduzido (...) as empresas dos descendentes de coreanos têm crescido empregando diversos trabalhadores de origem latino-americana, principalmente dominicana (Garcia e Cruz-Moreira, 2004, p. 290).
- (7) A exploração do trabalho na indústria têxtil é um dos fatores de garantia de competitividade aos quais: “somam-se as estratégias expressivas de redução do custo de trabalho, especialmente por meio da intensificação de uso de formas precarizadas de relações de trabalho. (...) são bastante comuns, assim como nas experiências internacionais, as práticas de subcontratação das etapas mais intensivas em trabalho por meio da utilização do trabalho em domicílio e de imigrantes ilegais” (Garcia e Cruz-Moreira, 2004, p. 301).

- (8) Conf. *Relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar a exploração de trabalho análogo ao de escravo* da Câmara Municipal de São Paulo, publicado em fevereiro de 2006. Disponível em <http://www.camara.sp.gov.br/> (acessado em 28 de fevereiro de 2007).
- (9) No Relatório da CPI, a descrição sobre o comportamento fechado dessa comunidade fica claro: “[os bolivianos] entram rapidamente em suas casas, vivem com as portas e janelas trancadas e não falam com os brasileiros”.
- (10) Apesar de ter um foco no atendimento dos imigrantes latinos, o albergue mantido pela Pastoral também abriga imigrantes de outras nacionalidades (em especial africanos) e migrantes oriundos de outras regiões do país.
- (11) Trata-se, por exemplo, da Lei argentina n. 25.881 de 2004.

Referências

- CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO (2006). *Relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar a exploração de trabalho análogo ao de escravo*. Disponível em: <http://www.camara.sp.gov.br/> (acessado em 28 de fevereiro de 2007).
- CHANTAVANICH, S. e VUNGSIRIPHISAL, P. (2005). “Bangkok, Thailand: need for long-term national and municipal policies. In: *International migrants and the city*. Veneza, UN-HABITAT/Universita luav di Venezia.
- CHRISTOPHER, A. J. (1990). Apartheid and urban segregation levels in South Africa. *Urban Studies*, v. 27, n. 3.
- CRUSH, J. (2005). “Johannesburg, South Africa: Breaking with isolation”. In: BALBO, M. (ed.) *International migrants and the city*. Veneza, UN-HABITAT/Universita luav di Venezia.
- GARCIA, R. e CRUZ-MOREIRA, J. (2004). “O complexo têxtil-vestuário: um cluster resistente”. In: COMIN, A. e SOMEKH, N. *Caminhos para o Centro – Estratégias de desenvolvimento para a região central de São Paulo*. São Paulo, PMSP- Emurb/Cebrap-CEM.
- GAZDAR, H. (2005). “Karachi, Pakistan: between regulation and regularization”. In: BALBO, M. (ed.). *International migrants and the city*. Veneza, UN-HABITAT/Universita luav di Venezia.
- MABIN, A. (1992). “Dispossession, exploitation and struggle: an historical overview of South African urbanization”. In: SMITH, D. M. (ed.). *The apartheid city and beyond: urbanization and social change in South Africa*. London, Routledge.
- MARCUSE, P. (2004). Enclaves sim; guetos não: a segregação e o Estado. *Revista Espaço & Debates*, v. 24, n. 45, jan-jul. São Paulo, NERU.
- QADEER, M. A. (2004). Segregação étnica em uma cidade multicultural, Toronto, Canadá. *Revista Espaço & Debates*, v. 24, n. 45, jan-jul. São Paulo, NERU.
- SAYIGH, R. (2001). Palestinian refugees in Lebanon: implantation, transfer or return? *Middle East Policy Council journal*, v. VIII, março, n. 1. Disponível em: http://www.mepc.org/journal_vol8/0103_sayigh.asp (acessado em 27/2/07).

- SILVA, S. A. da (1997). *Costurando sonhos: trajetória de um grupo de imigrantes bolivianos em São Paulo*. São Paulo, Paulinas.
- _____ (2003). *Virgem/Mãe/Terra. Festas e tradições bolivianas na metrópole*. São Paulo, Hucitec/Fapesp.
- _____ (2006). Bolivianos em São Paulo: entre o sonho e a realidade. *Revista de Estudos Avançados da USP – Dossiê Migrações*, v. 20, maio-ago, n. 57.
- WACQUANT, L. (1996). Três premissas perniciosas no estudo do gueto no estudo do gueto norte-americano. *Mana – Estudos de Antropologia Social*, v. 2 (out), n. 2. Rio de Janeiro, Museu Nacional.
- _____ (2001). *Os Condenados da Cidade*. Rio de Janeiro, Revan/Observatório.

Recebido em Fev/2007
Aprovado em abr/2007

